

**ATA**

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Bruno Alberto Vieira Fernandes e Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo. -----

Secretariou a Diretora de Departamento, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

1. Vereador André Coelho Lima – Felicitou o Município de Estremoz pela classificação dos "Bonecos de Estremoz" como Património Cultural Imaterial da Humanidade. -----

2. Vereador António Monteiro de Castro – Fez uma intervenção sobre a fonte da Alameda Mariano Felgueiras lendo, em voz alta, um documento, solicitando que a sua transcrição ficasse registada em ata: "Na reunião de Câmara do passado dia 2 de Novembro e no seguimento de notícia vinda a público no jornal de Notícias de 26 de outubro, a propósito do aparecimento de uma bactéria do grupo da legionella, designada por legionella spp, intervim com o objetivo de saber a data em que havia sido dada ordem de fecho do jato de água da Fonte da Alameda Mariano Felgueiras, em frente ao hospital e, não me tendo sido de imediato dada a resposta, apresentei requerimento para esse

efeito. Na resposta, para além dos boletins das análises efetuadas, veio a acompanhar uma cópia do ofício da delegada da saúde, Dr.^a Elisabete Machado, que nos permitiu ficar a saber o seguinte: 1. Que já ocorreram casos de doença dos legionários; 2. Que em tais casos se verificava a existência de percursos comuns cuja localização correspondia à fonte da Alameda Mariano Felgueiras; 3. Que após esta constatação os serviços de saúde efetuaram uma colheita de água da referida fonte em 9 outubro que confirmou a presença da "*legionella spp*", indicador indireto da existência de condições para o desenvolvimento da "*legionella pneumophila*", responsável pela doença dos legendários; 4. Que há já um histórico de não-conformidades em devida altura reportadas à Câmara Municipal; 5. Que face a tudo isto e ao eventual risco que significava para a saúde pública esta fonte, seja pelos seus problemas estruturais, seja por ter água de furo, níveis baixos de cloro, elevada produção de aerossóis e localizada junto ao hospital se deveria encerrar a referida fonte. Ora, senhor presidente e senhoras e senhores vereadores, aquilo que ocorreu, no seguimento deste ofício da senhora diretora de saúde datado de 17/outubro, que constitui um seriíssimo alerta acerca do risco de saúde que se corre com este jato em atividade, é que apesar de tudo isto, e da veemente recomendação para o seu fecho, apenas no dia 25 de outubro, isto é, 6 ou 7 dias após a sua receção foi o mesmo jato encerrado. Porque se trata de um assunto que pode trazer gravíssimas consequências para todos nós, tal como aconteceu já em pelo menos dois casos bem conhecidos da opinião pública, com vários mortos, não podemos deixar de lamentar e repreender esta atitude de pouca atenção e negligência graves." -----

3. Vereadora Maria Helena Soeiro – Referiu a comemoração



do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, no passado dia 3 de dezembro, com a realização de diversas atividades destinadas a chamar a atenção para os enormes problemas com que estas pessoas se debatem diariamente. Continuou, dizendo que os direitos das pessoas com deficiência continuam a não ser uma prioridade em qualquer cidade deste país e particularmente neste concelho, referindo que, em Portugal, todas as crianças e jovens têm que permanecer no sistema educativo até aos 18 anos. Contudo, acrescentou que os jovens com multideficiência ou deficiência mental não podem renovar a matrícula após a maioridade, enquanto que um jovem com percurso de insucesso escolar repetido pode matricular-se em qualquer ano do ensino secundário com 19, 20 ou 21 anos. Lamentou que o jovem com deficiência tenha que ficar em casa, obrigando a que um dos seus progenitores, normalmente a mãe, tenha que deixar de trabalhar para acompanhar o filho que passa a não ter lugar nem na escola nem em centros ocupacionais. Disse, ainda, que com os avanços da medicina e da tecnologia verifica-se, cada vez mais, a sobrevivência de crianças que nascem com deficiência mental, facto comprovado pela existência de mais crianças portadoras de deficiência no sistema educativo. Considerou, também, que o aumento da esperança média de vida trará, a curto prazo, um elevado número de jovens adultos deficientes e, a longo prazo, de idosos. Por último, lamentou que este assunto não seja abordado pelas competentes entidades, designadamente os Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas. -----

4. Vereador Ricardo Araújo – a) - Perguntou se a Irmandade da Penha não havia endereçado convites aos Vereadores da oposição. Mais tarde, após indicação do Presidente da Câmara para que a situação fosse verificada, disse ter recebido,

entretanto, mensagem dos serviços da sede do partido de que o convite terá sido recebido atempadamente, tendo, pelo facto, pedido desculpas; **b)** – Na sequência das declarações do Presidente da Câmara de que a isenção de Imposto sobre Imóveis (IMI) aos prédios situados na zona classificada como Património Cultural da Humanidade custaria cerca de um milhão de euros, quis saber como foi calculado esse valor. -----

5 – Presidente da Câmara – a) - Sobre a intervenção do Vereador António Monteiro de Castro, leu, em voz alta, um esclarecimento enviado à Autarquia para dele ser dado conhecimento público, solicitando que a sua transcrição ficasse registada em ata: “Em resposta à notícia, que se anuncia com o título “Fonte com legionela já tinha infetado pessoas”, importa prestar esclarecimentos pelas imprecisões de informação que contém e que podem provocar alarmismo na população. Assim, esclarece-se que nas análises efetuadas a esta fonte nunca foi detetada a bactéria *Legionella pneumophila*, o agente responsável pela doença dos legionários, não existindo, portanto, a possibilidade de se estabelecer uma relação causa-efeito entre o aparecimento de casos e a exposição aos aerossóis da referida fonte ornamental. Importa referir que a bactéria encontrada foi *Legionella spp*, uma espécie inespecífica de *Legionella*, que não é a causadora da doença dos legionários. No entanto, estes resultados analíticos, conjugados com as condições climáticas que então se verificavam, com temperaturas elevadas, poderiam favorecer o desenvolvimento de estirpes de *Legionella* mais agressivas, pelo que, atendendo ao princípio da precaução, a Delegada de Saúde Coordenadora do ACES Alto Ave, recomendou à autarquia a suspensão do funcionamento do equipamento em apreço.”; **b)** - Sobre a intervenção da Vereadora Maria Helena



Soeiro, disse que a Câmara Municipal está atenta às questões da deficiência, designadamente através da concessão de apoios significativos às associações que estão diretamente vocacionadas para esta área, designadamente a CERCIGUI e a APCG, que considerou serem de excelência, sem prejuízo das demais instituições sociais existentes no concelho. Disse, ainda, que a realização de Fóruns para a Deficiência resulta da necessidade de existir um movimento associativo forte para acabar com os problemas da exclusão e da discriminação. Por último, disse que a rede escolar concelhia compreende esse apoio com unidades de apoio multidisciplinar, considerando que esta problemática é uma preocupação constante da classe docente; **c)** – Relativamente aos convites, disse que a situação seria verificada pelo Gabinete de Apoio; **d)** - Sobre o IMI, disse ter referido 1 milhão de euros como estimativa, pelo que os dados exatos serão presentes na próxima reunião de Câmara. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do ofício de Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, LDA remetendo, para conhecimento, informação sobre a situação económico-financeira do período findo em 30 de junho de 2017 relativa à CASFIG – Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, E.M., Unipessoal, Lda. -----

2. Do ofício de Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, LDA remetendo, para conhecimento, informação sobre a situação económico-financeira do período findo em 30 de junho de 2017 relativa à VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A. -----

3. Do ofício da VIMÁGUA - Empresa Intermunicipal de

Abastecimento de Água Aos Concelhos de Guimarães e Vizela, EIM, SA, remetendo, para conhecimento e em cumprimento das disposições dos seus Estatutos e da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, o Relatório e Contas do primeiro semestre de 2017, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 2 de novembro de 2017. -----

4. Do ofício da VITRUS AMBIENTE EM SA remetendo, para conhecimento e em cumprimento do disposto na alínea e) do art.º 42.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o relatório de execução orçamental referente ao 3.º trimestre do exercício em curso. -----

5. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 19 de novembro de 2017, que concordou com uma informação dos Serviços da Divisão de Património Municipal relativa à alienação de uma parcela de terreno, propriedade do Município, a desanexar do prédio descrito na competente Conservatória sob o n.º 1400/20050721 e do inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1585.º, da freguesia de Urgezes, destinando-se a anexar ao logradouro do prédio urbano descrito na Conservatória sob o n.º 8/19841108 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 2751.º, da freguesia de Urgezes, propriedade de Hábilitmo, Lda., a confrontar do Norte e Nascente com Hábilitmo, do Sul com arruamento público e do Poente com prédio urbano do Município. -----

6. Dos ofícios da Assembleia Municipal n.ºs 173 a 228, datados de 28 de novembro de 2017, que comunicam a tomada de conhecimento e a aprovação de propostas em sessão da Assembleia Municipal, realizada no passado dia 27 de novembro,



que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2017. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Adelina Paula Pinto e Ricardo Araújo não participaram na votação da ata uma vez que não estiveram presentes na reunião. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE S. TORCATO - ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – PRIMEIRO ADITAMENTO – ANO DE 2017

– Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 26 de maio de 2017, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 27 de abril de 2017, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de S. Torcato, para execução da obra de “Requalificação da Rua Cónego Baltasar de Meira e do Largo da Boavista, conservação da Rua de Mogege e da Rua Família Ribeiro Faria”, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €30.002,08. O Presidente da Junta da Freguesia solicitou o alargamento do objeto do contrato, de forma a executar obras de requalificação, além das inicialmente previstas, também na Rua de Montenegro, Rua de Mogege de Cima e Rua do cabeça. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências,

celebrado em 9 de agosto de 2017, alterando-se a 1ª clausula, para: "O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na Freguesia para execução da obra de "Requalificação da Rua Cónego Baltasar de Meira e do Largo da Boavista, conservação da Rua de Mogege, da Rua Família Ribeiro Faria, da na Rua de Montenegro, Rua de Mogege de Cima e Rua do cabeça". **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ---- FREGUESIAS – FREGUESIA DA COSTA – ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2014 – TERCEIRO ADITAMENTO**

– Presente a seguinte proposta: "A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 9 de junho de 2014, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 29 de maio de 2014, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia da Costa, para execução da obra de "Pavimentação e drenagem de águas pluviais na rua da Tumbas e na rua de Vilar", bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €19.148,09. Após a conclusão das obras na rua de Vilar, o Departamento de Obras Municipais procedeu à medição dos trabalhos executados, em dezembro de 2014, tendo sido elaborado o respetivo auto de medição no valor de €10.812,25. Em outubro de 2015, o Presidente da Junta da Freguesia informou não ter sido possível executar a pavimentação e drenagem de águas pluviais na rua das Tumbas, pelo que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, em 12 de novembro de 2015 e 18 de dezembro de 2015, aprovaram a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluir a obra até ao final do ano de 2015, sendo que em 2016, a Câmara Municipal e a Assembleia



Municipal, em 18 de fevereiro de 2016 e 27 de fevereiro de 2016, aprovaram um segundo aditamento àquele contrato, alterando assim o prazo de execução da obra até dezembro de 2016. Recentemente, o Presidente da Junta de Freguesia solicitou autorização para concluir a obra até ao final de 2017, bem como a inclusão no seu objeto, da obra de pavimentação do Parque de jogos e construção de passeios na rua de Espariz. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do terceiro aditamento àquele Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 28 de outubro de 2014, alterando-se a 1ª cláusula, nomeadamente: O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na Freguesia para execução da obra de "Pavimentação e drenagem de águas pluviais da rua da Tumbas e na rua de Vilar, a pavimentação do Parque de Jogos e a construção de passeios na rua de Espariz; e ainda a 7ª cláusula, nomeadamente: a realização da obra deverá ser concluída até ao final do ano de 2017, pelo que o contrato terminará em 31 de dezembro de 2017, bem como a transferência do remanescente da correspondente verba para 2017, ou seja, €6.069,76."

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE LORDELO - ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2015 – PRIMEIRO ADITAMENTO

– Presente a seguinte proposta: "A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 30 de junho de 2015, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 28 de maio de 2015, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com

a Freguesia de Lordelo, para execução da obra de “Construção de muro, passeios e águas pluviais na rua dos Escalheiros; pavimentação rua 12 de Dezembro; alargamento e repavimentação do acesso ao Lar de Idosos”, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €28.321,33. O Presidente da Junta da Freguesia informou não ter sido possível concluir toda a obra até à presente data, solicitando a alteração do prazo do respetivo contrato, bem como a transferência da correspondente verba para o ano de 2018. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 10 de setembro de 2015, alterando-se a 7ª cláusula, para: “o presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2018”, bem como a transferência da correspondente verba para o ano de 2018.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CONDE e GANDARELA - ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2017 – PRIMEIRO ADITAMENTO –

Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 26 de maio de 2017, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 27 de abril de 2017, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a União de Freguesias de Conde e Gandarela, para execução da obra de “Requalificação da zona ribeirinha da Junqueira, em Parque de Lazer, com a recuperação do Açude”, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €17.312,75. O Presidente da Junta da



Freguesia informou não ter sido possível concluir a obra durante o ano de 2017, solicitando a alteração do prazo do respetivo contrato, bem como a transferência da correspondente verba para o ano de 2018. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato de atribuição de subsídio, celebrado em 13 de julho de 2017, alterando-se a 5ª cláusula, para: "o presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2018", bem como a transferência da correspondente verba para o ano de 2018." **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE SILVARES – OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DOS PASSEIOS NA URBANIZAÇÃO DA CERCA E NA URBANIZAÇÃO DA SANTA APOLÓNIA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: "A Freguesia de Silvares solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução da obra de intervenção de reconstrução nos passeios na Urbanização da Cerca e na Urbanização da Santa Apolónia. Para o efeito, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total de €37.254,24 (trinta e sete mil, duzentos e cinquenta e quatro euros e vinte e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a quantificação realizada. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Silvares, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €39.489,49 (trinta e nove mil, quatrocentos e oitenta e nove euros e quarenta e nove cêntimo), ao abrigo do disposto na

alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE PINHEIRO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – OBRAS DE ALARGAMENTO E RECONSTRUÇÃO DO MURO NA RUA DO RIO – Presente a seguinte proposta:

“Pretende-se realizar trabalhos para a execução de obras de alargamento e reconstrução do muro na Rua do Rio. Para o efeito, a Junta de Freguesia apresentou um orçamento no valor de €8.370,00 (oito mil, trezentos e setenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar e procedeu à análise e validação do orçamento apresentado. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Pinheiro, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €8.872,20 (oito mil, oitocentos e setenta e dois euros e vinte cêntimos), ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de



Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SELHO S. LOURENÇO E GOMINHÃES – OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO RINGUE DESPORTIVO DA EB 1 DA BELA VISTA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “A

União de Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução das obras de requalificação do ringue desportivo da EB 1 da Bela Vista. Para o efeito, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa e ainda conforme orçamento apresentado, estimando-se uma despesa no valor total de €12.782,00 (doze mil, setecentos e oitenta e dois euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à União de Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €13.548,92 (treze mil, quinhentos e quarenta e oito euros e noventa e dois cêntimos), ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de

atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

FREGUESIAS – FREGUESIA DE LONGOS – OBRAS DE CONSTRUÇÃO PASSEIOS E MURO DE SUPORTE, NA RUA DA SANTA MARTA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a

seguinte proposta: “Pretende-se realizar trabalhos para a execução de obras de construção passeios e muro de suporte, na Rua da Santa Marta. Para o efeito, a Junta de Freguesia apresentou orçamento no valor de €44.970,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar e procedeu à análise e validação do orçamento apresentado. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Longos, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €47.668,20 (quarenta e sete mil, seiscientos e sessenta e oito euros e vinte cêntimos), ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS – OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO E INTERVENÇÕES EM DIVERSAS RUAS DA FREGUESIA – ATRIBUIÇÃO DE



SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Moreira de Cónegos solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução da obra de requalificação e intervenção (movimentações terras, alvenaria, drenagem águas pluviais, pavimentações, demolições, passeios, etc.) em diversas ruas: Rua dos Moinhos, Rua Dona Laurinda, Rua Dona Laurinda (Quinta da Eira), Rua do Bairro Têxtil, Viela João de Castro, Rua da Doca, Rua Flôr de Pereirinhas, Rua de Vermis, Rua de S. Bento e Rua Paredes Alagadas. Para o efeito, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total de €80.482,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a quantificação realizada. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Moreira de Cónegos, mediante a atribuição de um subsídio no valor de € 85.311,37 (oitenta e cinco mil, trezentos e onze euros e trinta e sete cêntimos), ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ---- FREGUESIAS - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS PARA MANUTENÇÃO DOS PARQUES DE LAZER DO CONCELHO** - Presente, para aprovação pela Câmara

Municipal e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, a celebração dos contratos interadministrativos de delegação de competências nas Freguesias para manutenção dos parques de lazer do concelho, no ano de 2017, conforme minuta em anexo, transferindo, para esse efeito, as verbas constantes do quadro que igualmente se anexa. O referido quadro dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

URBANISMO - FILOCORA TINTURARIA E ACABAMENTOS TÊXTEIS, SA - PEDIDO DE ALTERAÇÃO SIMPLIFICADA DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL - DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR – Presente a seguinte proposta: “Refere-se a

presente informação ao pedido de alteração simplificada da reserva ecológica nacional (REN) nos termos do artigo 16-A do decreto-lei 239/12 e à declaração necessária anexar ao processo para a sua correta instrução, a qual versa sobre o cumprimento das normas legais aplicáveis (pela intervenção preconizada) e à ausência de alternativas para a localização da construção inerente ao pedido de alteração simplificada da REN em causa. Da análise do processo, verifica-se: 1. Do ponto de vista do enquadramento regulamentar nos instrumentos de gestão territorial em presença, a intervenção preconizada encontra-se sujeita aos regimes jurídicos da REN e da reserva agrícola nacional (RAN), para lá do regulamento geral do plano diretor municipal (PDM) e normas legais aplicáveis (regulamentos de edificação, recursos hídricos e outros). Em função de tal, a intervenção preconizada enquadrar-se-á no regime jurídico da REN por força da alteração simplificada da mesma REN em curso. Ao nível do regime jurídico da RAN, a intervenção em causa foi já objeto de autorização de utilização



não agrícola do solo abrangido por força do despacho 1219/12 publicado em diário da república em 27 janeiro '12. Relativamente ao PDM e outros regulamentos aplicáveis, o cumprimento de tais documentos serão acautelados no ato do licenciamento da intervenção (já que será nesse momento que se reunirá toda a informação escrita e gráfica necessária para a avaliação de tal cumprimento). Aliás, tal não poderia ser diferente já que decorre da própria Lei o cumprimento da mesma Lei; 2. Do ponto de vista da existência de alternativas físicas à localização da intervenção, regista-se que esta corresponde a uma beneficiação funcional e espacial da indústria existente e devidamente licenciada, visando dotar a mesma indústria de condições de competitividade mais favoráveis. Assim, torna-se natural e lógica que esta intervenção – ampliação para criação de melhores condições funcionais – só poderá ocorrer na contiguidade das instalações atuais, não podendo localizar-se em terreno autónomo e afastado por implicar perda assinalável de eficiência e colocar em crise todo o âmbito e objetivo da intervenção. **Perante a realidade local e as características de todo o terreno afeto à indústria existente, em defesa dos recursos hídricos em presença e melhor relação funcional, a localização da ampliação industrial perspectivada afigura-se aquela que melhor responde às premissas urbanísticas e paisagísticas a observar, não revelando existir melhor alternativa à localização da intervenção em causa.** Face ao exposto, julga-se propor à consideração superior o reconhecimento do atrás descrito para posterior análise e submissão ao Órgão Executivo e, em caso favorável, envio final à CCDRn. Da presente informação técnica deverá ser dado conhecimento à divisão de desenvolvimento económico bem como ao requerente (Filocora).” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**URBANISMO - RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO
INERENTE À UNIVERSIDADE DO MINHO/TERM RES – HUB
(INSTITUTO CIDADE DE GUIMARÃES)** – Presente a seguinte

proposta: “Refere-se a presente informação técnica ao reconhecimento de interesse público associado à instalação, ou melhor dito, ao reforço da instalação da Universidade do Minho no parque de ciência e tecnologia Avepark por força do projeto TERM RES – Hub, parte do programa associado ao Instituto Cidade de Guimarães. O parque de ciência e tecnologia Avepark visou (visa) a criação de uma plataforma física de suporte às atividades de inovação, produção e investigação de base tecnológica, pressupondo a participação e atração de entidades públicas e/ou privadas capazes de acrescentar valor ao nível da produção de conhecimento e polaridade urbanística (conjugando assim o duplo objetivo da disponibilização ao mundo empresarial de produtos e conhecimento transacionáveis e passíveis de desenvolvimento comercial e de criação de polaridade urbanística com a geração de um polígono empresarial dotado de infraestruturas capazes e indutor do desenvolvimento urbano da sua envolvente territorial. O projeto em causa da universidade do Minho, na sua especificidade do Instituto Cidade de Guimarães - seja ele via financeiro, urbanístico ou de promoção de conhecimento – concorre assertivamente para os objetivos do parque de ciência e tecnologia Avepark, incrementando o seu reforço e desempenho enquanto estrutura física de produção económica, tecnológica e de conhecimento que favorece a consolidação da realidade infraestrutural já instalada no território (com repercussão na competitividade, atração e coesão territorial do Município). Assim, face ao exposto e tudo o mencionado na informação técnica da



divisão de desenvolvimento económico de 22 agosto '17, porque representa um reforço e mais-valia ao nível da polaridade urbanística, produção de conhecimento e valor tecnológico e empresarial, entende-se reunidas as condições necessárias para submissão à consideração superior do reconhecimento do interesse público inerente ao reforço da instalação / presença da Universidade do Minho no parque de ciência e tecnologia Avepark na expressão do projeto TERM RES – Hub associado ao Instituto Cidade de Guimarães. À consideração superior (caso aceite, entende-se que o reconhecimento de interesse público em causa deverá ser submetido ao Órgão Executivo). Em anexo, informação técnica da divisão de desenvolvimento económico.” A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PROTÓCOLOS – ACORDOS DE GESTÃO - PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DE ÁREAS EMPRESARIAIS - EXECUÇÃO DO DESNIVELAMENTO DO NÓ DE SILVARES E EXECUÇÃO DA LIGAÇÃO DA EN 101 À ÁREA EMPRESARIAL DO AVEPARK –

Presente a seguinte proposta: “Considerando que: 1. O Programa de Valorização de Áreas Empresariais lançado pelo Governo determinou a melhoria da rede rodoviária que serve áreas empresariais, enquanto polos de desenvolvimento económico relevantes; O desenvolvimento destas Áreas Empresariais constitui um importante estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis, ao incremento das exportações e ao desenvolvimento da economia nacional; 2. A melhoria das acessibilidades rodoviárias contribui para o reforço da coesão territorial e para a consolidação do tecido empresarial local e

regional; 3. O desenvolvimento económico promove a empregabilidade, a fixação de recursos humanos e a valorização de competências técnicas e profissionais; 4. A acessibilidade da Área Empresarial do AVEPARK à EN 101 é uma das intervenções previstas no Programa de Valorização de Áreas Empresariais; 5. O Governo anunciou que as acessibilidades rodoviárias às áreas empresariais já consolidadas seriam comparticipadas pela Infraestruturas de Portugal, S.A.; 6. O acordo de colaboração assinado entre a Infraestruturas de Portugal, S.A e o Município de Guimarães, em 16.03.2017, preconizava o estabelecimento de um “acordo para a intervenção relativa à acessibilidade”; Por outro lado, 1. A Infraestruturas de Portugal, S.A cumpriu o preconizado no ponto 3 da Cláusula 2.^a do acordo assinado em 16.03.2017, estudando as soluções mais adequadas à melhoria das condições de circulação no Nó de Silvares, de Acesso à A11. 2. Os estudos realizados permitiram concluir que o desnivelamento do acesso entre o nó da autoestrada e a Variante de Creixomil, evitando portanto a rotunda de Silvares, é a única solução que resolve de forma cabal os congestionamentos que hoje se verificam sistematicamente nesta rotunda e que, por outro lado, a eliminação dos constrangimentos existentes é necessária para que seja alcançado o objetivo de melhoria efetiva da ligação do AVEPARK à rede de autoestradas, através da EN101. Neste contexto, O Município de Guimarães pretende celebrar, com a Infraestruturas de Portugal, S.A, dois Acordos de Gestão, um para disciplinar a execução do desnivelamento do Nó de Silvares, e o outro para a execução da ligação da EN 101 à área empresarial do AVEPARK, no âmbito do Programa de Valorização de áreas empresariais, através dos quais se regulam os direitos e obrigações que ambas assumem relativamente a cada obra.



Proponho assim que, ao abrigo da al. ee), do n.º 1, do art.º 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, seja submetida, à aprovação da Câmara Municipal, a celebração de dois Acordos de Gestão com a Infraestruturas de Portugal, S.A, conforme minutas constante dos documentos em anexo (**doc.s 1 e 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **FOI DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, VOTAR SEPARADAMENTE OS DOIS ACORDOS: EXECUÇÃO DO DESNIVELAMENTO DO NÓ DE SILVARES - DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. --- LIGAÇÃO DA EN 101 À ÁREA EMPRESARIAL DO AVEPARK - DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro, Bruno Fernandes e Ricardo Araújo. -----

REGULAMENTOS – REGULAMENTO MUNICIPAL - INÍCIO DE PROCEDIMENTO PARA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “Os serviços municipais da Divisão de Arquivos pretendem dar início ao procedimento tendente à alteração do Regulamento de Funcionamento do Arquivo da Câmara Municipal de Guimarães. Para esse efeito, e nos termos dos art.ºs 97.º a 101.º (quanto ao procedimentos de elaboração), e art.ºs 139.º a 144.º (quanto à eficácia dos regulamentos) do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, deve ser submetida uma proposta a reunião de Câmara, para que esta delibere a abertura do procedimento tendente à

alteração daquele Regulamento e posterior aprovação pelos órgãos do Município. A publicitação da iniciativa procedimental será efetuada no sítio institucional do Município, sendo que os interessados deverão constituir-se como tal, no procedimento, no prazo 10 dias úteis, a contar da data da publicitação de aviso no “*site*” deste Município, com vista a apresentar os seus contributos para a elaboração da alteração do mencionado Regulamento. A apresentação dos contributos para a alteração do Regulamento deve ser formalizada por escrito em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.” **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

REGULAMENTOS – ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E À TABELA DE TAXAS E ENCARGOS NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS – ANO DE 2018 - Presente uma informação da

Chefe da Divisão Jurídica respeitante às alterações ao Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais, à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais e à Tabela de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo.

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AJUSTE DIRETO N.º 146-17 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CERTIFICAÇÃO

LEGAL DE CONTAS – Presente, para aprovação, o relatório final, que se anexa, propondo a adjudicação da aquisição de serviços



em epígrafe ao concorrente “Cruz, Pereira, Amaral & Associados – SROC, Lda”, pelo preço contratual de €29.790,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

RECURSOS HUMANOS – ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS – Presente a seguinte proposta: “A estrutura e organização dos serviços da autarquia, aprovada pela Assembleia Municipal em 30 de dezembro de 2013 e publicada em Diário da República a 31 de dezembro do mesmo ano, foi posteriormente alterada por deliberações de 15/12/2014 e 07/02/016. Torna-se necessário conformar a estrutura organizacional dos serviços com os objetivos estratégicos do município, inserida numa perspetiva de melhoria dos serviços prestados ao cidadão e de adaptação a novas dimensões ao nível da mobilidade urbana, da inovação e do sistema de controlo interno. Mais concretamente, a configuração dos serviços municipais que agora se propõe traduz-se num ajustamento à orgânica em vigor, centrado nos seguintes objetivos: 1. Adaptação da estrutura interna à distribuição e reorganização de competências efetuada no novo mandato autárquico; 2. Criação de uma unidade orgânica com funções específicas no âmbito do planeamento e da mobilidade urbanos. 3. Centralização das competências em matéria de controlo interno, auditoria e de acompanhamento de sistemas de gestão; 4. Fortalecimento e recentramento de competências no âmbito do atendimento ao cidadão, na ótica de aproximação dos serviços aos cidadãos e de desburocratização; 5. Reforço do papel do município no âmbito do desenvolvimento de sistemas inteligentes.

Em matéria de reorganização dos serviços municipais, no que releva em sede da presente proposta, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro: a) Aprovar o modelo de estrutura orgânica (estrutura hierarquizada, matricial ou mista); b) Aprovar a estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares; c) Definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis; d) Definir o número máximo total de subunidades orgânicas; e) Definir o número máximo de equipas de projeto. Compete à Câmara Municipal, sob proposta do Presidente, nos termos previstos no artigo 7.º do referido Decreto-Lei n.º 305/2009: a) criar unidades orgânicas flexíveis e definir as respetivas atribuições e competências, dentro dos limites fixados pela assembleia municipal; b) criar equipas de projeto, dentro dos limites fixados pela assembleia municipal. Por fim, compete ao Presidente da Câmara Municipal, nos termos previstos no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro: a) A conformação da estrutura interna das unidades orgânicas e das equipas de projeto; b) A afetação ou reafetação do pessoal do respetivo mapa. Deste modo, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, conjugado com o disposto no n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, proponho que a Câmara Municipal delibere: 1. Propor à Assembleia Municipal a manutenção de uma estrutura nuclear composta por sete unidades orgânicas nucleares correspondentes a departamentos municipais, dirigidos por dirigente intermédio de 1.º grau, com as alterações de atribuições e competências descritas em anexo (ANEXO 1). 2. Propor à Assembleia Municipal a aprovação de uma estrutura flexível, composta por: a) Unidades



orgânicas flexíveis correspondentes a divisões municipais, dirigidas por dirigente intermédio de 2.º grau, até ao limite máximo de vinte e seis. b) Unidades orgânicas flexíveis dirigidas por dirigente intermédio de 3.º grau, até ao limite máximo de três. c) Aprovar a definição das competências, da área, dos requisitos do recrutamento, e do período de experiência profissional, bem como da respetiva remuneração, relativamente às unidades chefiadas por dirigentes de 3.º grau, conforme aditamento à estrutura orgânica previsto no ANEXO 1. 3. Aprovar, sob condição da aprovação das propostas referidas em 1 e 2 pela Assembleia Municipal, a criação e alteração das unidades orgânicas flexíveis correspondentes a divisões municipais, dirigidas por dirigente intermédio de 2.º grau, e de uma unidade orgânica flexível dirigida por dirigente intermédio de 3.º grau, nos termos definidos e descritos em anexo (ANEXO 2). Mais concretamente, procede-se: a) Ao reposicionamento da Divisão do Centro Histórico no âmbito do Departamento de Urbanismo e à autonomização da Divisão de Desenvolvimento Económico, mantendo as respetivas competências; b) À distinção entre as áreas da Cultura e do Turismo, que passam a constituir duas divisões, integradas no Departamento de Cultura, Turismo e Juventude; c) À centralização na mesma unidade orgânica – a Divisão de Auditoria e Qualidade – das competências em matéria de controlo interno, auditoria e de acompanhamento de sistemas de gestão, focando numa unidade orgânica distinta – Divisão de Atendimento e Apoio ao Munícipe – toda a matéria de atendimento ao cidadão. d) À criação de uma unidade orgânica com funções específicas no âmbito do planeamento e da mobilidade urbanas – o Gabinete da Mobilidade. e) À criação de uma nova divisão municipal – a Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Inteligentes-, com atribuições em matéria de promoção e desenvolvimento de iniciativas e projetos no domínio da inovação e dos sistemas inteligentes. No ANEXO 3 apresenta-se a descrição final da estrutura orgânica municipal, já com as alterações introduzidas e renumeradas e, no ANEXO 4, o organograma contendo as unidades orgânicas nucleares e as flexíveis do município. Mais se propõe que a estrutura orgânica aprovada entre em vigor a 1 de janeiro de 2018.” Os referidos anexos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR**

SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo.

ENTIDADES PARTICIPADAS – VIMÁGUA - EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, E.I.M., S.A. - CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA – Presente, para

aprovação, o Contrato de Gestão Delegada da VIMÁGUA, em cumprimento das disposições da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, e do Decreto-Lei 194/2009, de 20 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, aprovado em reunião do Conselho de Administração e da Assembleia Geral da VIMÁGUA em reuniões, respetivamente, de 24 e 28 de novembro de 2017, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na



discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação. A Vice-Presidente assumiu a presidência da reunião na discussão e votação da presente proposta. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – VIMÁGUA - EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, E.I.M., S.A. – MINUTA DO CONTRATO DE GESTÃO DO GESTOR PÚBLICO

– Presente, para aprovação, a minuta do contrato escrito a celebrar com o Presidente do Conselho de Administração da VIMÁGUA, com funções executivas, elaborado nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei n.º 71/2007, que define o regime do gestor público, aprovado em reunião da Assembleia geral, realizada no passado dia 28 de novembro, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação. A Vice-Presidente assumiu a presidência da reunião na discussão e votação da presente proposta. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – VIMÁGUA - EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA E.I.M. S.A. – PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO PARA O MANDATO 2017-2021

– Presente, para aprovação do órgão executivo e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 16.º dos Estatutos da Vimágua e do n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a proposta de designação da Sociedade “Armando

Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda.” para o cargo de Fiscal Único da VIMÁGUA para o novo mandato dos órgãos sociais, aprovada em reunião da Assembleia Geral realizada no passado dia 26 de outubro, sendo o valor anual dos honorários de €10.000,00 (dez mil euros) + IVA. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação. A Vice-Presidente assumiu a presidência da reunião na discussão e votação da presente proposta. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – VIMÁGUA - EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA E.I.M., S.A., – TARIFÁRIO 2018 - Propõe-se, para aprovação, o Tarifário da VIMÁGUA 2018, aprovado em reunião do Conselho de Administração e da Assembleia Geral da VIMÁGUA em reuniões, respetivamente, de 24 e 28 de novembro de 2017, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor a Vice-Presidente, Adelina Paula Pinto, e os Vereadores Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes e Ricardo Araújo, tendo a Vice-Presidente da Câmara usado o **voto de qualidade** após se ter repetido a votação por se ter verificado empate na primeira votação. O **Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da**



entidade, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação. A Vice-Presidente assumiu a presidência da reunião na discussão e votação da presente proposta. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - CASFIG, EM, UNIPessoal, LDA - PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA - Presente um ofício da CASFIG, EM, UNIPessoal, Lda., remetendo, para aprovação do executivo camarário e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, uma proposta, que se anexa, para nomeação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda, em cumprimento do art.º 26.º, n.º 3 da Lei 50/2012 de 31 de agosto, aprovada pelo respetivo Conselho de Gestão em sua reunião ordinária de 17 de novembro de 2017. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta, em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - CONTRATOS A CELEBRAR COM A CASFIG - COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES, EM, UNIPessoal LDA - RELATIVOS A 2018 - Presente a seguinte proposta: "O Conselho de Gestão da CASFIG, em sua reunião de 22 de novembro de 2017, e a Assembleia Geral da CASFIG, em subsequente reunião de 24 de novembro de

2017, deliberaram aprovar os seus documentos previsionais, onde constam, entre outros, as minutas dos contratos a celebrar com o Município de Guimarães relativos ao ano de 2018. Tais contratos, previamente preparados com a Câmara Municipal, cujas minutas se anexam à presente informação, têm as seguintes finalidades e valores: - CONTRATO-PROGRAMA – determinar, concretizar e especificar os objetos imediatos e mediatos da delegação de poderes operada pela Câmara Municipal no artigo 5º dos Estatutos da CASFIG (artigos 47º e 50º da Lei nº 50/2012). O valor do subsídio à exploração é de €90.000,00. **Anexo 1A**; - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (“in house”) - realização de atividades de acompanhamento social na área da habitação (carências habitacionais), gestão dos processos do subsídio municipal ao arrendamento, mercado social de arrendamento e tratamento, manutenção e limpeza das áreas ajardinadas dos empreendimentos sociais municipais (art.º 36º da Lei nº 50/2012). O valor do contrato é de €137.000,00 + IVA (23%). **Anexo 1B**; - CONTRATO-PROGRAMA SMA – transferência para a CASFIG de uma verba destinada ao pagamento do Subsídio Municipal ao Arrendamento (SMA) às famílias beneficiárias (artigos 47º e 50º da Lei nº 50/2012). O valor da verba a transferir é de €122.000,00. **Anexo 1C**. Nos termos do nº 5 do art.º 47º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, os contratos-programa são aprovados pelo órgão deliberativo, sob proposta do respetivo órgão executivo, não se aplicando tal disposição ao contrato de aquisição de serviços (nº 6 do referido art.º 47º). Assim, submete-se à consideração superior: 1 - A submissão dos contratos-programa à aprovação dos Órgãos Executivo e Deliberativo. 2 - A submissão do contrato de aquisição de serviços à aprovação do Órgão Executivo. Mais se informa que



foram emitidas as declarações de cabimento, nos termos do número 3 do art.º 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho.” As minutas dos contratos dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta, em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação.** -----

PROTEÇÃO CIVIL – ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “Conforme a Lei nº

27/2006 de 3 de Julho, referente à Lei de Bases da Proteção Civil, e a Lei nº 65/2007 de 12 de Novembro, que define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, é dado aos Municípios a competência e a autoridade máxima local para a coordenação de operações da Proteção Civil, no âmbito concelhio, através do Serviço Municipal da Proteção Civil (SMPC). Hoje em dia, ao SMPC é reconhecido a sua importância e o seu primordial papel no que respeita à articulação com todos os agentes de Proteção Civil, à identificação e prevenção de riscos e à operacionalidade dos meios. Neste particular, os principais e primeiros agentes de salvação e socorro da Proteção Civil são os Bombeiros. Com mais 130 anos de história em Portugal, a estes homens e mulheres, voluntários, é reconhecido publicamente o esforço, a entrega e a função que desempenham. Acrescentar a esta reconhecida missão destes agentes da Proteção Civil, deve ser levado em conta o combate realizado durante os incêndios florestais ao longo do ano de 2017,

consumindo uma extensa área florestal, para além das dramáticas perdas que todos assistimos. Além disto, como prova e necessidade de resiliência das nossas corporações que também apoiaram o combate noutros concelhos, verifica-se um desgaste de recursos materiais acentuados, pelo que a necessidade de apoio à reposição e investimento é permanente. Assim, considerando a candidatura realizada pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães ao programa de financiamento comunitário "Portugal2020", para a comparticipação da aquisição de uma viatura de combate a incêndios florestais, a 80%, no valor total de €148.135,00, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro municipal no valor de €29.627,00, perfazendo o valor em falta." **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PROTEÇÃO CIVIL – ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DAS

TAIPAS – Presente a seguinte proposta: "Conforme a Lei nº 27/2006 de 3 de Julho, referente à Lei de Bases da Proteção Civil, e a Lei nº 65/2007 de 12 de Novembro, que define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, é dado aos Municípios a competência e a autoridade máxima local para a coordenação de operações da Proteção Civil, no âmbito concelhio, através do Serviço Municipal da Proteção Civil (SMPC). Hoje em dia, ao SMPC é reconhecido a sua importância e o seu primordial papel no que respeita à articulação com todos os agentes de Proteção Civil, à identificação e prevenção de riscos e à operacionalidade dos meios. Neste particular, os principais e primeiros agentes de salvação e socorro da Proteção Civil são os Bombeiros. Com mais 130 anos de história em Portugal, a estes homens e mulheres, voluntários, é



reconhecido publicamente o esforço, a entrega e a função que desempenham. Acrescentar a esta reconhecida missão destes agentes da Proteção Civil, deve ser levado em conta o combate realizado durante os incêndios florestais ao longo do ano de 2017, consumindo uma extensa área florestal, para além das dramáticas perdas que todos assistimos. Além disto, como prova e necessidade de resiliência das nossas corporações que também apoiaram o combate noutros concelhos, verifica-se um desgaste de recursos materiais acentuados, pelo que a necessidade de apoio à reposição e investimento é permanente. Assim, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro municipal no valor de €249.300,00, destinado à aquisição de uma auto-escada, importante veículo que permite realizar ações de socorro e de salvamento a 54 metros de altura, com eixo direcional e ângulo de 45 graus. Esta auto-escada, de marca Bronto, uma das mais prestigiadas do mercado, permite também transportar dois salvados de cada vez, com um limite de 500 kg. A viatura, que sendo nova tem um custo de 1 milhão e 100 mil euros, tem atualmente apenas 29 mil quilómetros e somente 2.100 horas de trabalho, pelo que constitui uma excelente oportunidade de dotarmos o concelho de Guimarães com uma mais-valia no âmbito da proteção de bens e de pessoas.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – FARMÁCIAS - ESCALAS DE TURNOS DE SERVIÇO PERMANENTE PARA 2018 - PARECER DA CÂMARA MUNICIPAL - Presente uma comunicação da Administração Regional de Saúde do Norte – Sub-Região de Saúde de Braga enviando, para aprovação, os mapas do regime de turnos das Farmácias de serviço permanente proposto pela Associação Nacional de Farmácias, para vigorar no ano de 2018

no concelho de Guimarães, nos termos do nº 2, do art.º 3º da Portaria nº 277/2012, de 12 de setembro, que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 8 DE MARÇO DE 2016 COM A EMPRESA ARMANDO & COSTA MARTINS, LDA.

– Presente a seguinte proposta: “A empresa **Armando & Costa Martins, Lda**, representada por Armando Jorge da Costa Martins, na qualidade de gerente, vem, no âmbito da candidatura aprovada por deliberação de Câmara a 09/07/2015 e subsequente aprovação do Projeto Económico de Interesse Municipal, cujo contrato foi celebrado em 08/03/2016, requerer a prorrogação do prazo de implementação do projeto de 1 para 1 ano e nove meses, mantendo-se o valor de investimento e postos de trabalho propostos no âmbito do contrato inicial. Nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal (RPEIM), é possível a renegociação dos contratos de concessão de benefícios tributários municipais. Ao abrigo do art.º 7º do RPEIM, os serviços municipais procederam à avaliação do pedido, considerando os novos pressupostos apresentados e concluíram que se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **46%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. O RPEIM prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de



benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, em conformidade com o disposto no nº 5, do art.º 10º do RPEIM, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a renegociação do contrato PEIM apresentado pela empresa **Armando & Costa Martins, Lda.**, nos termos da informação dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta da adenda ao contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo (**doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 08 DE MARÇO DE 2016 COM A EMPRESA S.M.B.M. – COMÉRCIO E INDÚSTRIA TÊXTIL S.A. - Presente a seguinte proposta: “A empresa **S.M.B.M. – Comércio e Indústria Têxtil, S.A.**, representada por Bernardino Carlos Andrade da Silva Gomes, na qualidade de administrador, vem, no âmbito da candidatura aprovada por deliberação de Câmara a 21/01/2016 e subsequente aprovação do Projeto Económico de Interesse Municipal, cujo contrato foi celebrado em 08/03/2016, requerer a prorrogação do prazo de implementação do projeto de 1 para 2 anos, e bem assim do valor inicialmente contratualizado que se cifrava em 1.400.000,00€ para €500.000,00, mantendo-se os postos de trabalho propostos no âmbito do contrato inicial. Nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal (RPEIM), é possível a renegociação dos contratos de

concessão de benefícios tributários municipais. Ao abrigo do art.º 7º do RPEIM, os serviços municipais procederam à avaliação do pedido, considerando os novos pressupostos apresentados e concluíram que se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **46%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. O RPEIM prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, em conformidade com o disposto no nº 5, do art.º 10º do RPEIM, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a renegociação do contrato PEIM apresentado pela empresa **S.M.B.M. – Comércio e Indústria Têxtil, S.A.**, nos termos da informação dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta da adenda ao contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo (**doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – ACR EUROPA – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA USO INDUSTRIAL E DOMÉSTICO, LDA - APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR – Presente a seguinte proposta: “Nos



termos do art.º 5.º do Regulamento de Projetos Económicos de interesse Municipal – RPEIM, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **ACR EUROPA – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA USO INDUSTRIAL E DOMÉSTICO, LDA.**, apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma enquadra-se nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **89%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficia ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação da

candidatura a PEIM apresentada pela empresa **ACR EUROPA – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA USO INDUSTRIAL E DOMÉSTICO, LDA.**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.**” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTO NÃO DOMÉSTICO PARA REFRIGERAÇÃO E VENTILAÇÃO – APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR –

Presente a seguinte proposta: “Nos termos do art.º 5.º do Regulamento de Projetos Económicos de interesse Municipal – RPEIM, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **JOSÉ JÚLIO JORDÃO, LDA.** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo



concluído que a mesma enquadra-se nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **71%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficia ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação da candidatura a PEIM apresentada pela empresa **JOSÉ JÚLIO JORDÃO, LDA.**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.** Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TURISMO – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GUIMARÃES – ANIMAÇÃO DE NATAL 2017/18 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “A Associação Comercial e Industrial de Guimarães (ACIG) solicita o apoio do Município para a promoção de um projeto designado “Animação de Natal Guimarães 2017”, a realizar de 8 de

dezembro de 2017 a 7 de janeiro de 2018 e compreendendo: a) instalação de um circo no Largo Condessa do Juncal: realização de espetáculos diários com várias sessões aos fins de semana; as sessões de circo são gratuitas para os Jardins de Infância, Escolas do 1º Ciclo, Lares e Centros de Dia; os comerciantes terão ao seu dispor bilhetes gratuitos para distribuição pelos clientes; às restantes pessoas será cobrado um valor simbólico, com fins solidários. b) animação de rua: várias vezes por dia, as ruas da cidade serão ser animadas por conjunto de figurantes acompanhados por músicos que interagirão com o público; por sugestão da Câmara Municipal, a ACIG acede a incluir o Mercado Municipal na rota destas animações. c) instalação, no Largo do Toural, de uma casa do Pai Natal e de um Presépio: na Casa do Pai Natal será possível às crianças e não só tirarem fotos temáticas com a colaboração de fotógrafos locais; a casa será construída em madeira e decorada com motivos natalícios; ao lado da Casa do Pai Natal será erguido um Presépio formado por várias figuras em tamanho real e adequadamente decoradas. De acordo com o pedido remetido pela ACIG, o programa proposto: destina-se a todos os vimaranenses e visitantes, assinalando o momento particular desta quadra especial ligada à família; procura aumentar o sentimento de partilha, aumentar a relação das pessoas com a cidade e criar condições para um maior usufruto do espaço público, incluindo o apoio ao comércio local; pretende contribuir para uma cidade animada e em festa para todos. Para além de um subsídio de €36.000,00 destinado a financiar as componentes de animação atrás referidas, a ACIG solicita ainda apoio para um conjunto de necessidades cuja estimativa de custos, realizada pelos serviços municipais, é a seguinte: -----



| | |
|---------------------------|-------------------|
| Segurança das instalações | 4.148,98 € |
| Alimentação elétrica | 1.230,00 € |
| Licenças (SPA, IGAC) | 890,00 € |
| TOTAL | 6.268,98 € |

Considerando os impactos positivos que a realização deste projeto pode ter na procura turística, na animação do centro da cidade e no comércio local de proximidade, e dado o caráter manifestamente inclusivo e solidário do projeto, proponho a atribuição, à Associação Comercial e Industrial de Guimarães, de um subsídio de €42.000,00 destinado a financiar a realização do projeto "Animação de Natal Guimarães 2017" e a compartilhar nos custos implicados na sua implementação." **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO - PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

FRANCISCO DE HOLANDA – Presente a seguinte proposta:

"Como é do conhecimento superior, o Centro de Formação Francisco de Holanda, criado em 1993, com sede na Escola Secundária Francisco de Holanda, é uma entidade formadora certificada/acreditada pelo Conselho Científico Pedagógico de Formação Continuada, que visa contribuir para o desenvolvimento de competências gerais e específicas dos docentes através da implementação de planos de formação centrados na promoção de práticas pedagógicas que contribuam para a melhoria dos resultados escolares e educativos dos alunos. No âmbito das comemorações dos "25 anos do CFFH" o Centro de Formação vai promover um ciclo de seminários sob o lema "*Memória e Identidade: um tributo à formação contínua de professores*", que decorrerá entre janeiro e abril de 2018, nos quais se irá debater e refletir sobre "*os novos reptos e desafios que à Escola se colocam e como poderão os centros de formação contribuir para uma*

autonomia e uma cidadania capazes de os debelar”. Dados os custos que a organização de um evento deste tipo implica, o CFFH vem solicitar à autarquia a atribuição de um apoio financeiro para sua concretização. Perante o exposto, e considerando que se trata de uma atividade que irá contribuir para uma reflexão sobre a importância que os Centros de Formação de Professores e, em particular, o Centro de Formação Francisco de Holanda têm na difusão do conhecimento científico *em Educação e para a Educação*, propomos, nos termos da alínea u), do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, que seja dado despacho de autorização de cabimento e compromisso para a atribuição de um apoio financeiro, no valor de €837,00, ao Centro de Formação Francisco de Holanda destinado a apoiar a realização do evento. À Consideração Superior.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROFESSOR JOÃO DE MEIRA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas Professor João de Meira solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos a uma visita de estudo, no dia 14 de novembro à Citânia de Briteiros. Considerando que, se trata de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado 06 de novembro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----
EDUCAÇÃO – ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA E.B. 2,3

**JOÃO DE MEIRA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente a seguinte proposta: “A Associação de Pais Escola E.B. 2,3 João de Meira solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para o transporte dos alunos inseridos no programa de férias de Natal, para os dias 21 e 27 de dezembro. Considerando que se trata do transporte dos alunos no âmbito do programa de férias de Natal, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado 12 de novembro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como ajudas de custo ao motorista.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO - ESCOLA EB1 DE OLIVEIRA DO CASTELO - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente a seguinte proposta: “A Escola EB1 de Oliveira do Castelo, solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos a visitas de estudo, nos dias 6, 7 e 8 de novembro à Citânia de Briteiros. Considerando que, se tratam de visitas de estudo de relevante interesse pedagógico e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 30 de outubro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DAS TAIPAS -

PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas das Taipas solicitou a

colaboração do município através da cedência de autocarro, para efetuar o transporte dos alunos do 4º ano das EB1, nos dias 6 e 12 de dezembro ao Paço dos Duques e ao Castelo. Considerando que se tratam de deslocações que visam a participação dos alunos em visitas de relevante interesse pedagógico e cultural e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 11 de novembro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIRGÍNIA MOURA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas Virgínia Moura solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para transportar os alunos à Universidade do Minho, Guimarães, no dia 23 de novembro. Considerando que se trata de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 13 de novembro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

AÇÃO SOCIAL - ACES ALTO AVE – AGRUPAMENTO CENTROS DE SAÚDE DO ALTO AVE - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente a seguinte proposta: “A ACES ALTO AVE – Agrupamento Centros de Saúde Alto Ave solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte de algumas senhoras, de forma a efetuarem a



prevenção do cancro da mama, nos dias 7 e 23 de novembro no Porto. Considerando que se trata de uma deslocação que visa o rastreio do cancro da mama promovido pela Liga Portuguesa Contra o Cancro e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 30 de outubro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - ACES ALTO AVE – AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DO ALTO AVE - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente a seguinte proposta: “O ACES Alto Ave – Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Ave solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte do grupo de senhoras para efetuar um rastreio do cancro da mama nos dias 27 de novembro e 07 de dezembro, no Porto. Considerando que, se trata de uma deslocação que visa o rastreio do cancro da mama promovido pela Liga Portuguesa Contra o Cancro e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 11 de novembro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL - CASFIG, EM, UNIPESSOAL, LDA – PROPOSTA DE ALOJAMENTO E TRANSFERÊNCIAS – OCUPAÇÃO DE ONZE HABITAÇÕES EM ALOJAMENTO CONVENCIONAL, CRIAÇÃO DE TRÊS RESIDÊNCIAS

PARTILHADAS E TRANSFERÊNCIA DE HABITAÇÃO DE QUATRO AGREGADOS FAMILIARES RESIDENTES - Presente um ofício da CASFIG, EM, UNIPESSOAL, LDA remetendo, para aprovação do executivo camarário, uma proposta de ocupação de onze habitações em alojamento convencional, criação de três residências partilhadas e transferência de habitação de quatro agregados familiares residentes, aprovada pelo respetivo Conselho de Gestão em sua reunião ordinária de 17 de novembro de 2017, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta, em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação.** -----

AÇÃO SOCIAL – CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE POLVOREIRA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Centro Social da Paroquia de Polvoreira, solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos utentes do G.A.A.S., no dia 16 de dezembro de 2017, entre a junta de freguesia de Polvoreira e a freguesia de Pinheiro. Considerando que se trata da realização da Festa de Natal destinada a famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado 06 de novembro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário ao



motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----
AÇÃO SOCIAL - APOIOS À HABITAÇÃO AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO ARTIGO 2º DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente a seguinte informação: “Foi entregue na Divisão de Ação Social uma candidatura para adaptação da habitação de uma cidadã com mobilidade reduzida. Após análise desta candidatura, e consequente estudo socioeconómico efetuado pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica, bem como o valor da comparticipação a atribuir para as obras requeridas: -----

| Processo | Freguesia | Idade | Sexo | Rend. Per capita | Nº elem. agregado | Situação p/ emprego | Comp. | Valor a apoiar |
|--------------|----------------|-------|------|------------------|-------------------|---------------------|-------|----------------|
| 190886080/17 | Selho S. Jorge | 45 | M | €175,76 | 4 | Segurança | 100% | €10.000,00 |

Tendo sido comprovada a precariedade económica do agregado familiar, bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, que se enquadra no consignado no artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, submete-se à consideração superior, a atribuição de um subsídio, no valor de €10.000,00 (dez mil euros) ao abrigo da alínea d) do art.º 2.º do referido Regulamento.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – APOIOS À HABITAÇÃO AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO ARTIGO 2º DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente a seguinte informação: “Foi entregue na Divisão de Ação Social uma candidatura para adaptação da habitação de uma cidadã com mobilidade reduzida. Após análise desta candidatura, e consequente estudo socioeconómico efetuado pelos nossos serviços, apresentam-se de

seguida os dados da caracterização socioeconómica, bem como o valor da comparticipação a atribuir para as obras requeridas: -----

| Processo | Freguesia | Idade | Sexo | Rend. Per capita | Nº elementos agregado | Situação p/ emprego | Comp. | Valor a apoiar |
|--------------|-----------|-------|------|------------------|-----------------------|---------------------|-------|----------------|
| 195844220/17 | S. Paio | 45 | F | €105,84 | 2 | Desempregada | 100% | €7.134,00 |

Tendo sido comprovada a precariedade económica do agregado familiar, bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, que se enquadra no consignado no artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, submete-se à consideração superior, a atribuição de um subsídio, no valor de €7.134,00 (sete mil cento e trinta e quatro euros) ao abrigo da alínea d) do art.º 2.º do referido Regulamento.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – APOIOS À HABITAÇÃO AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO ARTIGO 2º DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente a seguinte informação: “Foi entregue na Divisão de Ação Social uma candidatura para a adaptação da habitação de uma cidadã com mobilidade reduzida. Após análise desta candidatura, e consequente estudo socioeconómico efetuado pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica, bem como o valor da comparticipação a atribuir para as obras requeridas: -----

| Processo | Freguesia | Idade | Sexo | Rend. Per capita | Nº elementos agregado | Situação p/ emprego | Comp. | Valor a apoiar |
|--------------|-----------|-------|------|------------------|-----------------------|--------------------------|-------|----------------|
| 231461810/17 | Ponte | 34 | F | €177,04 | 4 | Preparadora de Tecelagem | 100% | €9.348,00 |

Tendo sido comprovada a precariedade económica do agregado familiar, bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, que se enquadra no consignado no artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, submete-se à consideração superior, a atribuição de um subsídio, no valor de



€9.348,00 (nove mil trezentos e quarenta e oito euros) ao abrigo da alínea d) do art.º 2.º do referido Regulamento.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ALTERAÇÃO DE PARTE DO OBJETO DO SUBSÍDIO ATRIBUÍDO AO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL S. MARTINHO DE CANDOSO EM 2017 - 1º ADITAMENTO –

Presente a seguinte proposta: “Em reunião de Câmara de 11 de maio de 2017 foi deliberado aprovar o apoio a 70 Instituições de solidariedade social, entre as quais o Centro Social Paroquial S. Martinho de Candoso, este último com um subsídio de €17.500,00 (dezassete mil e quinhentos euros) para a aquisição de mobiliário e obras no edifício da instituição e na requalificação do parque infantil. Na sequência desta deliberação, foi celebrado em 31 de maio de 2017 um protocolo com o Centro Social Paroquial S. Martinho de Candoso, nos termos e em conformidade com o Regulamento nº 607/2010 de 15 de julho. Contudo, no passado dia 24 de novembro, o Presidente desta instituição, António de Freitas Moreira, solicitou à Câmara Municipal a alteração de parte do objeto deste subsídio de modo a que seja reafectado, na sua totalidade (17.5000,00€), para apoio a obras no edifício da instituição e na requalificação do parque infantil. Considerando que foi anteriormente emitida a declaração de cabimento nº 2868/2017 e que foi fundamentado e emitido o compromisso relativo à atribuição de subsídios às instituições a que reporta a deliberação de 11 de maio, e na qual esta instituição se inclui, propõe-se, ao abrigo do artigo 19º do regulamento 607/2010, a aprovação do pedido de alteração do objeto do subsídio, que pressupõe um aditamento ao atual Protocolo, onde conste: A alteração da Cláusula 1ª – Objeto, nos seguintes termos: “O presente Protocolo tem por objeto (...), *para o apoio destinado a*

obras no edifício da instituição e na requalificação do parque infantil". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE SANTA EULÁLIA DE NESPEREIRA (2017) - N.º 6 DO ARTIGO 9º DO REGULAMENTO N.º 607/2010 DE 15 DE JULHO – Presente a seguinte proposta:

"No âmbito da implementação do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), constituiu-se uma rede de organizações locais, tendo a vista uma adequada gestão da distribuição de bens alimentares às famílias carenciadas do concelho e também o desenvolvimento de medidas de acompanhamento com vista à sua inclusão social. O Centro Social da Paróquia de Santa Eulália de Nespereira constitui-se como uma das entidades parceiras do programa em cima referido e, nesse contexto, submeteu à Câmara Municipal de Guimarães, no dia 28 de novembro, um pedido de apoio para a aquisição de equipamentos de refrigeração. O Centro Social da Paróquia de Santa Eulália de Nespereira apresenta os requisitos expressos no Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social e, constatado o relevante interesse público das iniciativas, atividades e respostas sociais que concretiza, que vão ao encontro das problemáticas e necessidades previstas no diagnóstico social do concelho submete-se, para aprovação, a proposta de atribuição de um subsídio, no valor de €746,49 euros (setecentos e quarenta e seis euros e quarenta e nove cêntimos), ao abrigo do n.º 6º do artigo 9.º do Regulamento acima referido." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS E PENSIONISTAS DE GUIMARÃES (2017) - N.º 6 DO ARTIGO 9º DO REGULAMENTO N.º 607/2010 DE



15 DE JULHO – Presente a seguinte proposta: “A Associação de Reformados e Pensionistas de Guimarães tem visto aumentar de forma substancial o seu número de associados, o que implica um investimento significativo na aquisição de novos equipamentos e mobiliário e também um esforço adicional na manutenção das habituais atividades de confraternização e de convívio. Neste contexto, esta Associação submeteu à Câmara Municipal de Guimarães, no passado dia 22 de novembro, um pedido de apoio para a aquisição de mobiliário e para algumas atividades, entre elas, a Festa de Natal. A Associação de Reformados e Pensionistas de Guimarães apresenta os requisitos expressos no Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social e, constatado o relevante interesse público das atividades sociais, culturais e recreativas que disponibiliza aos seus associados, e também em reconhecimento da pertinência destas respostas para o cumprimento dos desígnios estratégicos plasmados no Plano de Desenvolvimento Social para o Crescimento Inclusivo de Guimarães submete-se, para aprovação, a proposta de atribuição de um subsídio, no valor de 9.000,00 euros (nove mil euros), ao abrigo do n.º 6º do artigo 9.º do Regulamento acima referido.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA SETE PESSOAS CARENCIADAS COM DEFICIÊNCIA – Presente a seguinte proposta: “Foram apresentadas sete candidaturas à Divisão de Ação Social, para efeitos de pedido de apoio na deslocação de pessoas com deficiência à AIREV (Associação para a Integração e Reabilitação Social e de Crianças e Jovens Deficientes), onde efetuam tratamentos e participam em atividades ocupacionais, entre

outros, alegando a situação de precariedade económica dos agregados familiares, facto que ficou comprovado após termos realizado os respetivos estudos socioeconómicos cujos resultados a seguir se apresentam: -----

| Nº Processo | Freguesia | Idade | Sexo | Rend. Per capita | Grau de Incapacidade |
|--------------|----------------|-------|------|------------------|----------------------|
| 223943363/17 | Selho S. Jorge | 27 | M | €307,09 | 98% |
| 243356749/17 | Urgezes | 27 | M | €287,05 | 90% |
| 261813978/17 | Urgezes | 22 | F | €292,24 | 60% |
| 247525600/17 | Pinheiro | 25 | M | €297,15 | 78% |
| 245317856/17 | Vermil | 22 | M | €225,07 | 98% |
| 235791342/17 | Pinheiro | 22 | M | €248,62 | 81% |
| 245599630/17 | S. Torcato | 23 | M | €231,70 | 82% |

Considerando a alínea v) do nº 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que confere atribuição às autarquias para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade propõe-se, ao abrigo da alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de vulnerabilidade, a concessão de um apoio aos requerentes, através da disponibilização de um serviço de transporte adaptado, de janeiro a dezembro de 2018, cujo valor se estima em €13.860,00 (treze mil oitocentos e sessenta euros), IVA incluído, para que possam deslocar-se à AIREV, que funciona em Infias, Concelho de Vizela. Considerando ainda que: - O Regulamento em cima referido, tendo já sido aprovado em Reunião de Câmara e em Reunião de Assembleia, não se encontra ainda, à data, em vigor, - A Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos nos deu a indicação de que os procedimentos inerentes à contratualização deste tipo de serviços são morosos; - Esta prestação de serviços deve ter o seu início no dia 1 de janeiro de 2018; Coloco à consideração superior a possibilidade de podermos avançar com



os procedimentos preparatórios da contratação para adjudicação deste serviço de transporte, o que nos permitirá, embora assumindo, naturalmente, que a sua contratualização só ocorrerá após a entrada em vigor deste Regulamento, que estes apoios possam ser disponibilizados às famílias logo no início de janeiro do próximo ano.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA UMA PESSOA CARENCIADA COM DEFICIÊNCIA – Presente a seguinte proposta: “Foi apresentada

uma candidatura à Divisão de Ação Social, para efeitos de pedido de apoio na deslocação de uma pessoa com deficiência ao CIAD (Centro Integrado para a Deficiência da Misericórdia) do Porto, onde efetua tratamentos e participa em atividades ocupacionais, entre outros, alegando a situação de precariedade económica do seu agregado familiar, facto que ficou comprovado após termos realizado o respetivo estudo socioeconómico cujos resultados a seguir se apresentam: -----

| Nº Processo | Freguesia | Idade | Sexo | Rend. Per capita | Grau de Incapacidade |
|--------------|------------|-------|------|------------------|----------------------|
| 227078845/17 | Polvoreira | 37 | F | €210,24 | 95% |

Considerando a alínea v) do nº 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que confere atribuição às autarquias para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade propõe-se, ao abrigo da alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de vulnerabilidade, a concessão de um apoio ao requerente, de janeiro a dezembro de 2018, cujo valor se estima em €1.200,00 (mil e duzentos euros), IVA incluído, para que se possa deslocar para o CIAD, sito na Rua das Flores, nº 2, no Porto. Considerando ainda que: - O

Regulamento em cima referido, tendo já sido aprovado em Reunião de Câmara e em Reunião de Assembleia, não se encontra ainda, à data, em vigor, - A Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos nos deu a indicação de que os procedimentos inerentes à contratualização deste tipo de serviços são morosos; - Esta prestação de serviços deve ter o seu início no dia 1 de janeiro de 2018; Coloco à consideração superior a possibilidade de podermos avançar com os procedimentos preparatórios da contratação para adjudicação deste serviço de transporte, o que nos permitirá, embora assumindo, naturalmente, que a sua contratualização só ocorrerá após a entrada em vigor deste Regulamento, que estes apoios possam ser disponibilizados às famílias logo no início de janeiro do próximo ano.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA UMA PESSOA CARENCIADA COM DEFICIÊNCIA – Presente a seguinte proposta: “Foi apresentada uma candidatura à Divisão de Ação Social, para efeitos de pedido de apoio na deslocação de uma pessoa com deficiência à

Tecnovisage (Escola de Formação Profissional), onde efetua tratamentos e participa em atividades ocupacionais, entre outros, alegando a situação de precariedade económica do seu agregado familiar, facto que ficou comprovado após termos realizado o respetivo estudo socioeconómico cujos resultados a seguir se apresentam: -----

| Nº Processo | Freguesia | Idade | Sexo | Rend. Per capita | Grau de Incapacidade |
|--------------|-----------|-------|------|------------------|----------------------|
| 245952721/17 | Leitões | 19 | F | €301,05 | 70% |

Considerando a alínea v) do nº 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que confere atribuição às



autarquias para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade propõe-se, ao abrigo da alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de vulnerabilidade, a concessão de um apoio ao requerente, através da disponibilização de um serviço de transporte, de janeiro a dezembro de 2018, cujo valor se estima em €2.438,00 (dois mil e quatrocentos e trinta e oito euros), IVA Incluído, para que possa deslocar-se diariamente às instalações da Tecnovisage, sita na rua Paulo VI, nº 458, em Guimarães. Considerando ainda que: - O Regulamento em cima referido, tendo já sido aprovado em Reunião de Câmara e em Reunião de Assembleia, não se encontra ainda, à data, em vigor, - A Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos nos deu a indicação de que os procedimentos inerentes à contratualização deste tipo de serviços são morosos; - Esta prestação de serviços deve ter o seu início no dia 1 de janeiro de 2018; Coloco à consideração superior a possibilidade de podermos avançar com os procedimentos preparatórios da contratação para adjudicação deste serviço de transporte, o que nos permitirá, embora assumindo, naturalmente, que a sua contratualização só ocorrerá após a entrada em vigor deste Regulamento, que estes apoios possam ser disponibilizados às famílias logo no início de janeiro do próximo ano.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA UMA PESSOA CARENCIADA COM DEFICIÊNCIA – Presente a seguinte proposta: “Foi apresentada uma candidatura à Divisão de Ação Social, para efeitos de pedido de apoio na deslocação de uma pessoa com deficiência à

APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental), onde efetua tratamentos e participa em atividades ocupacionais, entre outros, alegando a situação de precariedade económica do seu agregado familiar, facto que ficou comprovado após termos realizado o respetivo estudo socioeconómico cujos resultados a seguir se apresentam: -----

| Nº Processo | Freguesia | Idade | Sexo | Rend. Per capita | Grau de Incapacidade |
|--------------|-----------|-------|------|------------------|----------------------|
| 232814449/17 | Longos | 35 | F | €235,28 | 67% |

Considerando a alínea v) do nº 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que confere atribuição às autarquias para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade propõe-se, ao abrigo da alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de vulnerabilidade, a concessão de um apoio ao requerente, de janeiro a dezembro de 2018, cujo valor se estima em €585,60 (quinhentos e oitenta e cinco euros e sessenta centavos), IVA incluído, para que se possa deslocar para o Centro de Reabilitação da APPACDM, Complexo de S. Lázaro, sito na Rua de S. Lázaro, nº 38, em Braga. Considerando ainda que: - O Regulamento em cima referido, tendo já sido aprovado em Reunião de Câmara e em Reunião de Assembleia, não se encontra ainda, à data, em vigor, - A Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos nos deu a indicação de que os procedimentos inerentes à contratualização deste tipo de serviços são morosos; - Esta prestação de serviços deve ter o seu início no dia 1 de janeiro de 2018; Coloco à consideração superior a possibilidade de podermos avançar com os procedimentos preparatórios da contratação para adjudicação deste serviço de transporte, o que nos permitirá, embora assumindo, naturalmente, que a sua contratualização só ocorrerá



após a entrada em vigor deste Regulamento, que estes apoios possam ser disponibilizados às famílias logo no início de janeiro do próximo ano.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. - AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA TRÊS PESSOAS CARENCIADAS COM DEFICIÊNCIA** – Presente a seguinte proposta: “Foram apresentadas três candidaturas à Divisão de Ação Social, para efeitos de pedido de apoio na deslocação de pessoas com deficiência à APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental), onde efetuam tratamentos e participam em atividades ocupacionais, entre outros, alegando a situação de precariedade económica dos agregados familiares, facto que ficou comprovado após termos realizado os respetivos estudos socioeconómicos cujos resultados a seguir se apresentam: -----

| Nº Processo | Freguesia | Idade | Sexo | Rend. Per capita | Grau de Incapacidade |
|--------------|-----------|-------|------|------------------|----------------------|
| 219958300/17 | Urgeses | 39 | M | 201,67 | 100% |
| 209649070/17 | Tabuadelo | 43 | M | 219,12 | 96% |
| 207456240/17 | Pinheiro | 43 | M | 280,99 | 100% |

Considerando a alínea v) do nº 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que confere atribuição às autarquias para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade propõe-se, ao abrigo da alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de vulnerabilidade, a concessão de um apoio aos requerentes, através da disponibilização de um serviço de transporte adaptado, de janeiro a dezembro de 2018, cujo valor se estima em €3.848,00 (três mil oitocentos e quarenta e oito euros), IVA incluído, para que

possam deslocar-se para o Centro de Reabilitação da APPACDM, situado em Lomar em Braga. Considerando ainda que: - O Regulamento em cima referido, tendo já sido aprovado em Reunião de Câmara e em Reunião de Assembleia, não se encontra ainda, à data, em vigor, - A Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos nos deu a indicação de que os procedimentos inerentes à contratualização deste tipo de serviços são morosos; - Esta prestação de serviços deve ter o seu início no dia 1 de janeiro de 2018; Coloco à consideração superior a possibilidade de podermos avançar com os procedimentos preparatórios da contratação para adjudicação deste serviço de transporte, o que nos permitirá, embora assumindo, naturalmente, que a sua contratualização só ocorrerá após a entrada em vigor deste Regulamento, que estes apoios possam ser disponibilizados às famílias logo no início de janeiro do próximo ano.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA UMA PESSOA CARENCIADA COM DEFICIÊNCIA – Presente a seguinte proposta: “Foi apresentada uma candidatura à Divisão de Ação Social, para efeitos de pedido de apoio na deslocação de uma pessoa com deficiência à ACIP (Ave Cooperativa de Intervenção Psicossocial), onde efetua tratamentos e participa em atividades ocupacionais, entre outros, alegando a situação de precariedade económica do seu agregado familiar, facto que ficou comprovado após termos realizado o respetivo estudo socioeconómico cujos resultados a seguir se apresentam: -----

| Nº Processo | Freguesia | Idade | Sexo | Rend. P/Capita | Grau de Incapacidade |
|-------------|-----------|-------|------|----------------|----------------------|
|-------------|-----------|-------|------|----------------|----------------------|



| | | | | | |
|--------------|-------|----|---|---------|-----|
| 232358834/17 | Ponte | 20 | F | €271,05 | 77% |
|--------------|-------|----|---|---------|-----|

Considerando a alínea v) do nº 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que confere atribuição às autarquias para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade propõe-se, ao abrigo da alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de vulnerabilidade, a concessão de um apoio ao requerente, através da disponibilização de um serviço de transporte, de janeiro a dezembro de 2018, cujo valor se estima em €4.165,00 (quatro mil cento e sessenta e cinco euros), IVA Incluído, para que possa deslocar-se diariamente à ACIP, em Joane, Vila Nova de Famalicão. Considerando ainda que: - O Regulamento em cima referido, tendo já sido aprovado em Reunião de Câmara e em Reunião de Assembleia, não se encontra ainda, à data, em vigor, - A Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos nos deu a indicação de que os procedimentos inerentes à contratualização deste tipo de serviços são morosos; - Esta prestação de serviços deve ter o seu início no dia 1 de janeiro de 2018; Coloco à consideração superior a possibilidade de podermos avançar com os procedimentos preparatórios da contratação para adjudicação deste serviço de transporte, o que nos permitirá, embora assumindo, naturalmente, que a sua contratualização só ocorrerá após a entrada em vigor deste Regulamento, que estes apoios possam ser disponibilizados às famílias logo no início de janeiro do próximo ano.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. - AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA UMA PESSOA CARENCIADA COM DEFICIÊNCIA** – Presente a seguinte proposta: “Foi apresentada

uma candidatura à Divisão de Ação Social, para efeitos de pedido de apoio na deslocação de uma pessoa com deficiência à ATC (Associação Teatro de Construção), onde efetua tratamentos e participa em atividades ocupacionais, entre outros, alegando a situação de precariedade económica do seu agregado familiar, facto que ficou comprovado após termos realizado o respetivo estudo socioeconómico cujos resultados a seguir se apresentam:

| Nº Processo | Freguesia | Idade | Sexo | Rend. Per capita | Grau de Incapacidade |
|--------------|-----------|-------|------|------------------|----------------------|
| 271823933/17 | Gominhães | 19 | F | 190,97 | 98% |

Considerando a alínea v) do nº 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que confere atribuição às autarquias para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade propõe-se, ao abrigo da alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de vulnerabilidade, a concessão de um apoio ao requerente, através da disponibilização de um serviço de transporte, de janeiro a dezembro de 2018, cujo valor se estima em €5.300 (cinco mil e trezentos euros), IVA incluído, para que se possa deslocar para a ATC, sita na Rua Dr. Agostinho Fernandes, nº 113, Joane, Vila Nova de Famalicão. Considerando ainda que: - O Regulamento em cima referido, tendo já sido aprovado em Reunião de Câmara e em Reunião de Assembleia, não se encontra ainda, à data, em vigor, - A Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos nos deu a indicação de que os procedimentos inerentes à contratualização deste tipo de serviços são morosos; - Esta prestação de serviços deve ter o seu início no dia 1 de janeiro de 2018; Coloco à consideração superior a possibilidade de podermos avançar com os procedimentos preparatórios da contratação para adjudicação deste serviço de transporte, o que nos permitirá, embora



assumindo, naturalmente, que a sua contratualização só ocorrerá após a entrada em vigor deste Regulamento, que estes apoios possam ser disponibilizados às famílias logo no início de janeiro do próximo ano.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. - AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA UMA PESSOA CARENCIADA COM DEFICIÊNCIA** – Presente a seguinte proposta: “Foi apresentada uma candidatura à Divisão de Ação Social, para efeitos de pedido de apoio na deslocação de uma pessoa com deficiência à APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental), onde efetua tratamentos e participa em atividades ocupacionais, entre outros, alegando a situação de precariedade económica do seu agregado familiar, facto que ficou comprovado após termos realizado o respetivo estudo socioeconómico cujos resultados a seguir se apresentam: -----

| Nº Processo | Freguesia | Idade | Sexo | Rend. Per capita | Grau de Incapacidade |
|--------------|-------------------|-------|------|------------------|----------------------|
| 211992798/17 | Sande S. Clemente | 44 | M | €189,12 | 66% |

Considerando a alínea v) do nº 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que confere atribuição às autarquias para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade propõe-se, ao abrigo da alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de vulnerabilidade, a concessão de um apoio ao requerente, de janeiro a dezembro de 2018, cujo valor se estima em €723,60 (setecentos e vinte e três euros e sessenta cêntimos), IVA incluído, para que se possa deslocar para o Centro de Reabilitação da APPACDM, Complexo de S. Lázaro, sito na Rua de S. Lázaro, nº 38, em Braga. Considerando ainda que: - O Regulamento em cima referido,

tendo já sido aprovado em Reunião de Câmara e em Reunião de Assembleia, não se encontra ainda, à data, em vigor, - A Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos nos deu a indicação de que os procedimentos inerentes à contratualização deste tipo de serviços são morosos; - Esta prestação de serviços deve ter o seu início no dia 1 de janeiro de 2018; Coloco à consideração superior a possibilidade de podermos avançar com os procedimentos preparatórios da contratação para adjudicação deste serviço de transporte, o que nos permitirá, embora assumindo, naturalmente, que a sua contratualização só ocorrerá após a entrada em vigor deste Regulamento, que estes apoios possam ser disponibilizados às famílias logo no início de janeiro do próximo ano.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. - AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À CASA DO POVO DE FERMENTÕES (2017) - N.º 6 DO ARTIGO 9º DO REGULAMENTO N.º 607/2010 DE 15 DE JULHO** – Presente a seguinte proposta: “No âmbito da implementação do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), constituiu-se uma rede de organizações locais, tendo a vista uma adequada gestão da distribuição de bens alimentares às famílias carenciadas do concelho e também o desenvolvimento de medidas de acompanhamento com vista à sua inclusão social. A Casa do Povo de Fermentões constituiu-se como uma das entidades parceiras do programa em cima referido e, nesse contexto, submeteu à Câmara Municipal de Guimarães, no passado dia 6 de novembro, um pedido de apoio para a aquisição de equipamentos de refrigeração. A Casa do Povo de Fermentões apresenta os requisitos expressos no Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social e, constatado o relevante interesse público das atividades sociais, culturais e recreativas que desenvolve



junto dos seus utentes e associados, que vão ao encontro das problemáticas e necessidades previstas no diagnóstico social do concelho submete-se, para aprovação, a proposta de atribuição de um subsídio, no valor de 1.800,00 euros (mil e oitocentos euros), ao abrigo do n.º 6º do artigo 9.º do Regulamento acima referido.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO SOCIAL D. MANUEL MONTEIRO DE CASTRO (2017) - N.º 6 DO ARTIGO 9º DO REGULAMENTO N.º 607/2010 DE 15 DE JULHO – Presente a seguinte proposta: “No âmbito da implementação do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), constituiu-se uma rede de organizações locais, tendo a vista uma adequada gestão da distribuição de bens alimentares às famílias carenciadas do concelho e também o desenvolvimento de medidas de acompanhamento com vista à sua inclusão social. O Centro Social D. Manuel Monteiro de Castro constituiu-se como uma das entidades parceiras do programa em cima referido e, nesse contexto, submeteu à Câmara Municipal de Guimarães, no passado dia 23 de novembro, um pedido de apoio para a aquisição de equipamentos de refrigeração. O Centro Social D. Manuel Monteiro de Castro apresenta os requisitos expressos no Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social e, constatado o relevante interesse público das iniciativas, atividades e respostas sociais que concretiza, que vão ao encontro das problemáticas e necessidades previstas no diagnóstico social do concelho submete-se, para aprovação, a proposta de atribuição de um subsídio, no valor de €1.705,20 euros (mil setecentos e cinco euros e vinte cêntimos), ao abrigo do n.º 6º do artigo 9.º do Regulamento em cima referido.” **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO PATRONATO DE SÃO SEBASTIÃO (2017) - N.º 6 DO ARTIGO 9º DO REGULAMENTO N.º 607/2010 DE 15 DE JULHO – Presente a

seguinte proposta: “No âmbito da implementação do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), constituiu-se uma rede de organizações locais, tendo a vista uma adequada gestão da distribuição de bens alimentares às famílias carenciadas do concelho e também o desenvolvimento de medidas de acompanhamento com vista à sua inclusão social. O Patronato de São Sebastião constitui-se como uma das entidades parceiras do programa em cima referido e, nesse contexto, submeteu à Câmara Municipal de Guimarães, no dia 28 de novembro de 2017, um pedido de apoio para a aquisição de equipamentos de refrigeração. O Patronato de São Sebastião apresenta os requisitos expressos no Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social e, constatado o relevante interesse público das iniciativas, atividades e respostas sociais que concretiza, que vão ao encontro das problemáticas e necessidades previstas no diagnóstico social do concelho submete-se, para aprovação, a proposta de atribuição de um subsídio, no valor de 1.399,74 euros (mil trezentos e noventa e nove euros e setenta e quatro cêntimos), ao abrigo do n.º 6º do artigo 9.º do Regulamento acima referido.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

CULTURA – BIENAL DE ILUSTRAÇÃO DE GUIMARÃES 2017 - PRÉMIO ESPECIAL ENSINO SECUNDÁRIO – Presente a

seguinte proposta: “Reunido em 18 de novembro último, o júri designado para atribuição do Prémio Especial Ensino Secundário BIG 2017 decidiu atribuir os três prémios regulamentares nos termos constantes da Ata anexa. Deste modo, proponho que a



Câmara Municipal acolha a decisão do referido júri, confirmando a atribuição das diferentes categorias do Prémio Especial Ensino Secundário BIG 2017 aos alunos identificados na referida Ata." A referida ata dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - COMEMORAÇÕES DO 1º DE DEZEMBRO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: "O Grupo Cultural e Recreativo "Os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques", registado no RMECARH sob o nº 501371761, promoverá novamente no corrente ano as Comemorações do 1º de Dezembro, com a realização do habitual desfile percorrendo o Centro Histórico e terminando junto à Estátua de D. Afonso Henriques defronte do Paço dos Duques de Bragança. Assim, em reconhecimento da importância do evento no calendário cultural de Guimarães e ao abrigo do disposto no nº 6 do art. 2º do Regulamento nº 606/2010, proponho a atribuição, ao Grupo Cultural e Recreativo "Os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques", de um subsídio de €1.200,00 destinado a comparticipar nos custos de organização das Comemorações do 1º de Dezembro 2017." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – SOCIEDADE MARTINS SARMENTO - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: "A Sociedade Martins Sarmento solicitou a colaboração do município através da cedência do autocarro, no dia 12 de novembro, para efetuar o transporte dos participantes no Colóquio Internacional "Fortificações nas Idades dos Metais da Europa". Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submete-se à ratificação do Executivo Camarário a cedência do transporte solicitado, bem como o trabalho

extraordinário ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação.** -----

CULTURA – CANTAR DOS REIS 2018 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO GRUPO CULTURAL E RECREATIVO “OS TROVADORES DO CANO” – O Presidente da Câmara retirou este assunto da ordem de trabalhos, para ser votado em posterior reunião de Câmara a convocar, uma vez que, devido a um problema técnico ocorrido no Portal do Executivo, a proposta não se encontrava disponível atempadamente para alguns membros do Órgão Executivo.-----

CULTURA – I FESTIVAL INTERNACIONAL DE COROS DE GUIMARÃES - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – O Presidente da Câmara retirou este assunto da ordem de trabalhos, para ser votado em posterior reunião de Câmara a convocar, uma vez que, devido a um problema técnico ocorrido no Portal do Executivo, a proposta não se encontrava disponível atempadamente para alguns membros do Órgão Executivo.-----

CULTURA – SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ATIVIDADES DAS ENTIDADES QUE PROSSIGAM FINS CULTURAIS, ARTÍSTICOS, RECREATIVOS OU HUMANITÁRIOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES (REGULAMENTO Nº 606/2010) – O Presidente da Câmara retirou este assunto da ordem de trabalhos, para ser votado em posterior reunião de Câmara a convocar, uma vez que, devido a um problema técnico ocorrido no Portal do Executivo, a proposta não se encontrava disponível



atempadamente para alguns membros do Órgão Executivo.-----

DESPORTO – GRUFC (GUIMARÃES RUGBY UNION FOOTBALL CLUB) - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente a seguinte proposta: “O GRUFC (Guimarães Rugby Union Football Club) solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte da equipa Sub 14, no dia 5 de novembro a Lousã. Considerando que, se trata de uma deslocação que visa a participação da equipa na 2ª Jornada do TIR - Torneio Inter Regional - Outono e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 30 de outubro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – CLUBE DESPORTIVO DE PONTE - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Clube Desportivo de Ponte solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para transportar a equipa de juniores no dia 18 de novembro a Cabeceiras de Basto. Considerando que, se trata de uma deslocação que visa a participação da equipa júnior no campeonato distrital de juniores da 1ª divisão da Associação de Futebol de Braga e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 13 de novembro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO CLUBE DE TÊNIS

DE MESA DAS TAIPAS – O Presidente da Câmara retirou este assunto da ordem de trabalhos, para ser votado em posterior reunião de Câmara a convocar, uma vez que, devido a um problema técnico ocorrido no Portal do Executivo, a proposta não se encontrava disponível atempadamente para alguns membros do Órgão Executivo. -----

DIVERSOS – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO DE 2018 – O Presidente da Câmara retirou este assunto da ordem de trabalhos, para ser votado em posterior reunião de Câmara a convocar, uma vez que, devido a um problema técnico ocorrido no Portal do Executivo, a proposta não se encontrava disponível atempadamente para alguns membros do Órgão Executivo. -----

DIVERSOS – DERRAMA SOBRE A COLETA DE 2017 (A COBRAR EM 2018) – O Presidente da Câmara retirou este assunto da ordem de trabalhos, para ser votado em posterior reunião de Câmara a convocar, uma vez que, devido a um problema técnico ocorrido no Portal do Executivo, a proposta não se encontrava disponível atempadamente para alguns membros do Órgão Executivo. -----

DIVERSOS – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – ANO DE 2017 – O Presidente da Câmara retirou este assunto da ordem de trabalhos, para ser votado em posterior reunião de Câmara a convocar, uma vez que, devido a um problema técnico ocorrido no Portal do Executivo, a proposta não se encontrava disponível atempadamente para alguns membros do Órgão Executivo. -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2018 - PLANO PLURIANUAL DE



INVESTIMENTOS - PLANO DE ATIVIDADES - ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA O ANO DE 2018. REGULAMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – MAPA DE PESSOAL 2018 - ORÇAMENTOS DAS ENTIDADES PARTICIPADAS – O Presidente da Câmara retirou esta proposta da ordem de trabalhos para aprovação em posterior reunião de Câmara, a convocar uma vez que se trata de uma proposta que deve ser apreciada e votada após aprovadas as propostas antecedentes relativas à **PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS, à DERRAMA SOBRE A COLETA DE 2017** e ao **IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS**, o que, pelas razões acima referidas, não foi possível ocorrer na presente reunião. -----

Foi aceite, por unanimidade, a realização de uma reunião pública extraordinária na próxima segunda-feira, dia 11 de dezembro, no local e horário habituais, para discussão e votação das propostas retiradas na presente reunião pelas razões já mencionadas, considerando-se devidamente convocados todos os membros do Órgão Executivo. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----